



Plano Geral de Atuação

2026-2027

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



Sumário

Apresentação // 3

Metodologia // 5

Plano de Atuação // 7

Identidade Organizacional // 9

Estratégias // 10

Mapa Estratégico // 10

Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 11

Indicadores // 20

Sistemática de Acompanhamento // 22

Apresentação

A Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará elabora o Plano de Atuação como instrumento dúplice de gestão administrativa do planejamento estratégico e de atendimento aos princípios constitucionais da administração pública, em especial aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e impessoalidade.

O Plano de Geral de Atuação 2026-2027 vem alinhado com as disposições trazidas pela Emenda Constitucional Estadual no 80 de 10 de abril de 2014 e pela Emenda Constitucional Federal no 80 de 4 de junho de 2014.

Enquanto a Emenda Constitucional Estadual no 80/2014 assegurou a autonomia plena da Defensoria Pública do Estado (em particular dispondo sob a iniciativa de leis da instituição e de sua autonomia financeira), ela trouxe a obrigação do Poder Estatal, no prazo de 8 (oito) anos, contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Os marcos legais retromencionados impõem, portanto, uma obrigação constitucional de expansão dos serviços de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Ceará (a qual reflete-se diretamente no planejamento ora apresentado), sendo este o principal desafio do biênio que se inicia.

O presente Plano de Geral de Atuação também se encontra aliado com o Plano de Gestão apresentado pela Defensoria Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha; este último, por sua vez, construído de forma transparente, democrática e participativa com os demais membros da carreira de defensor público, com a sociedade e com a ouvidoria externa na instituição.

O Plano de Atuação 2026-2027 mantém como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC), revisando-se tão somente, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, a terminologia utilizada para as 4 (quatro) perspectivas organizacionais trazidas pelo BSC:



a) A Perspectiva dos Clientes, estes últimos entendidos como o coletivo de usuários da Defensoria Pública, a sociedade e as relações institucionais destes com a instituição,

b) A Perspectiva dos Processos Internos, estes relacionados a ótica de estruturação plena da instituição,

c) A Perspectiva do Aprendizado e Crescimento, ou seja, o próprio desenvolvimento institucional da Defensoria Pública,

d) A Perspectiva Financeira, densificada nas questões orçamentárias próprias.

As perspectivas listadas conduziram a elaboração de 12 (doze) estratégias associadas, que se desdobraram em 74 (setenta e quatro) projetos; todas devidamente apresentadas no Mapa Estratégico e detalhadas na Matriz de Projetos, Metas e Indicadores com seus respectivos Plano de Ação.

Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, foi desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton e desdobra os **objetivos estratégicos**, a **visão** e a **missão** da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- **Usuário e Sociedade (Perspectiva dos Clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;
- **Estruturante (Perspectiva dos Processos Internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial ao aperfeiçoamento da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;
- **Desenvolvimento Institucional (Perspectiva do Aprendizado e Crescimento):** consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da



Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros, servidores, colaboradores e estagiários;

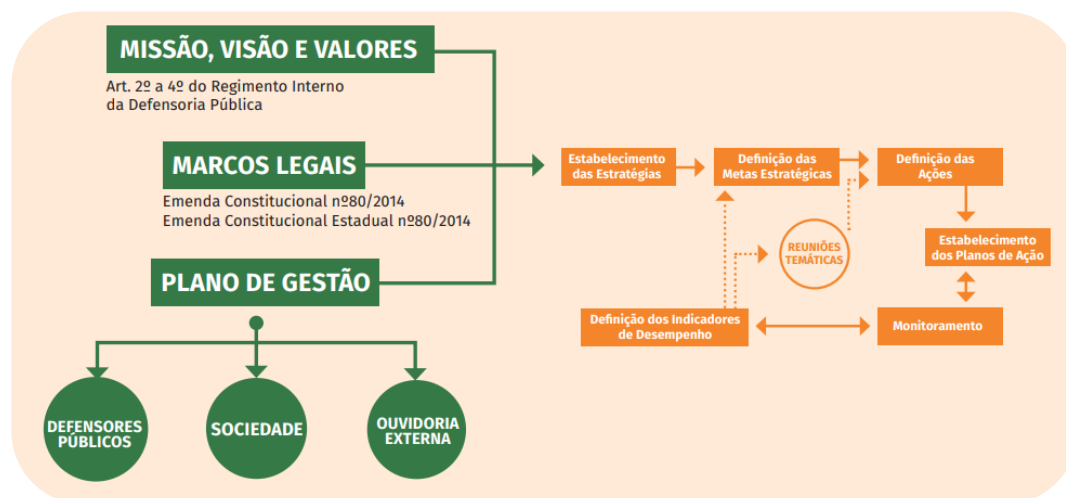
● **Orçamentária (Perspectiva Financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do Sistema de Justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.

Apresenta-se o fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação.



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano Geral de Atuação.

Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano Geral de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (esta definida e normatizada pelos artigos 2o a 4o do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cotejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano Geral de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.

As perspectivas assumirão então a seguinte estrutura:



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado.

Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º a 4º de seu Regimento Interno, reflete-se em três aspectos:

- 1. Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- 2. Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- 3. Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Missão (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
Visão (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
Valores (art. 4º, RI DPGE)	Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas; Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva; Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação; Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados; Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais; Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas; Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis; Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.



Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2026-2027 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamentos anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que se refletiu na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada.

Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2026-2027:

MISSÃO		VISÃO	
Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz		Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao Sistema de Justiça	
USUÁRIO E SOCIEDADE	US1	US2	US3
	Atender com eficiência, eficácia e qualidade	Estimular a participação popular na gestão da instituição	Aprimorar a transparência administrativa
ESTRUTURANTE	ES1	ES2	ES3
	Desenvolver estruturas próprias ao exercício da autonomia financeira e administrativa	Ampliar as estruturas das unidades localizadas no interior	Incrementar o parque tecnológico e os sistemas legados
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DI1	DI2	DI3
	Expandir a presença da DPGE nas unidades Jurídicas	Fomentar a capacitação contínua de membros e colaboradores	Dinamizar a comunicação interna
ORÇAMENTÁRIA	OR1	OR2	OR3
	Utilizar de forma eficiente os recursos alocados	Exercitar a autonomia financeira na gestão e elaboração do Orçamento	Desonerar o custeio da instituição oriundo de fonte própria

Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se os 74 (setenta e quatro) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimentos que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e, portanto, otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

	UND.	PROJETO	META	EST	ÍND	PRAZO
1	AEST	Ampliação do Estágio de Graduação multidisciplinar	Realizar seleção de Estagiários de Graduação para diversas áreas de Apoio (Psicologia, Comunicação social, Psicologia, Ciências Contábeis, Engenharia Civil)	US1 US2	IEC	nov/27
2	AEST	Ampliação do quadro de estagiários de Pós-Graduação	Contratação de mais estagiários de pós-graduação, de forma equilibrada entre a capital e o interior, garantindo o suporte necessário às atividades cumulativas e o cumprimento das demandas institucionais.	US1 US2	IPE	nov/27
3	AEST	Implantação de Grupo de Trabalho (GT) formando a Comissão de seleção de Graduação	Implantar e operacionalizar Grupo de Trabalho (GT) para instituir a Comissão de Seleção de Estágio de Graduação e Pós Graduação da DPGE, com normas e procedimentos claros para a condução dos processos seletivos.	ES3	IEC	nov/27



4	ARINS	Criação do Grupo de Trabalho Defensoria Verde	Criar Grupo de Trabalho “Defensoria Verde” voltado à atuação em conflitos socioambientais vinculado ao NDHAC .	DI1 US2	ICO	nov/27
5	ARINS	Amar Defensoria, um mar de direitos, povos indígenas e Quilombolas	Realizar, no mínimo, 09 ações itinerantes em comunidades indígenas, quilombolas além das comunidades tradicionais situadas na zona costeira.	DI1 US2	IPE	nov/27
6	ARINS	Defensoria em Movimento	Realizar, no mínimo, 06 ações de atendimento itinerante por ano, com o objetivo de ampliar o acesso à justiça em localidades com maior vulnerabilidade ou sem unidade instalada.	DI1 US2	IPE	nov/27
7	ARINS	Defensoria e os Direitos da Pessoa Idosa	Realizar pelo menos 1 atendimento itinerante por ano voltado à pessoa idosa com rodas de conversa intergeracionais.	DI1 US2	ICO	nov/27
8	ARINS	Defensoria e os Direitos da Pessoa Idosa – Eixo voltado aos profissionais da rede de atenção à pessoa idosa	Promover momento de diálogo e formação voltado a profissionais do CREAS, CRAS e outras instituições e equipamentos voltados ao atendimento da pessoa idosa e integrar ações para fortalecer a REMUDIPI – Rede Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.	DI2 US3	IEC	nov/27
9	ARINS	Implementação do Orçamento Participativo	Realizar, anualmente, consulta pública e promover 06 audiências públicas regionais para escuta da população cearense, com o objetivo de subsidiar a definição das ações prioritárias na execução orçamentária da Defensoria Pública.	US3 ES3	IPE	nov/27
10	ARINS	Observatório de Intolerância Política e Ideológica	Reativar o Observatório e articular a rede, a partir da celebração de novo termo de cooperação técnico institucional.	US3	IEC	nov/27
11	ARINS	Transforma	Realizar mutirão de retificação de nome e gênero em pelo menos 3 regiões do Estado do Ceará.	US1 US2	IEC	nov/27
12	ARINS	Ampliação da Política de Mediação Comunitária para Fomento à Solução Extrajudicial de Conflitos	Expandir o número de mediadores comunitários, fortalecendo a participação direta da comunidade na prevenção e resolução consensual de conflitos.	US1 US2	IEC	nov/27

13	ARINS	Ampliação da assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública à população em situação de Rua	Aperfeiçoar e aumentar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública à população em situação de rua.	DI1 US2 US1	IEC	nov/27
14	ASIN	Programa de Linguagem Simples	Produzir e entregar, ao longo do ano, materiais institucionais adaptados para linguagem simples, priorizando conteúdos com maior impacto para o público atendido pela Defensoria Pública do Estado do Ceará.	DI3	IEC	nov/27
15	ASIN	Atualização de Dados - Farol	Criar o serviço de atualização de dados dos assistidos, em fluxo simplificado e em parceria com o TJCE, para assegurar comunicações judiciais efetivas e evitar atrasos, perda de prazos ou extinção de processos.	DI3	IEC	nov/27
16	ASIN	1. Jornada inicial mais clara: menos retrabalho, mais acesso à justiça	Melhorar o site, para torná-lo mais compreensível e acessível ao assistido e criar nova matriz de encaminhamento entre os núcleos, para reduzir deslocamentos desnecessários.	DI3	IEC	nov/27
17	ASPLAC	Expansão das Sedes da Defensoria no Estado	Implantar novas sedes na Capital e no Interior, incluindo o formato Defensoria Verde, conforme critérios institucionais de demanda e vulnerabilidade.	ES1 DI1	IEC	nov/27
18	ASPLAC	Implantação do novo Núcleo Central de Atendimento e Sede Administrativa na Capital	Viabilizar Financiamento, elaborar Projeto Arquitetônico, Licitação da obra e início da construção do Novo Núcleo Central de Atendimento na Capital.	ES1	IEC	nov/27
19	ASPLAC	Nova Sede do Núcleo do 2º Grau	Celebrar convênio com o Governo do Estado do Ceará para cessão do Terreno.	ES1	IEC	nov/27
20	ASPLAC	Implantação da nova Sede da Defensoria no Crato	Elaborar Projetos, realizar licitação e implantar a nova sede no município de Crato.	ES1	IEC	nov/27
21	ASPLAC	Reestruturação e ampliação do Setor de Engenharia e Arquitetura	Implantar a reorganização administrativa nos setores de Projetos, Aquisições, Manutenção, Engenharia e Arquitetura e ampliar a capacidade técnica do setor.	ES3 DI3	IEC	nov/27
22	ASPLAC	Revitalização do Auditório Central da Sede Institucional	Realizar a reforma e modernização do Auditório Central da Sede, visando à melhoria da infraestrutura, acessibilidade, conforto e adequação às necessidades institucionais.	ES1	ICO	nov/27



23	ASPLAC	Projeto de Revitalização das Sedes da Defensoria	Promover a revitalização das unidades da Defensoria Pública na Capital e no Interior, mediante melhorias estruturais, adequações funcionais e modernização dos espaços, visando à qualificação do atendimento e das condições de trabalho.	ES1	IEC	nov/27
24	ASPRO	Projeto Fortalecer	Formalizar e executar Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), visando à disponibilização de estagiários bolsistas para atuação no NUDEP.	US1	IEC	nov/27
25	ASPRO	Projeto Mulheres de Direitos Itinerante	Promover pelo menos 4 atendimentos itinerante para mulheres.	US2	IPE	nov/27
26	ASPRO	Projeto Atitudes que reciclam	Promover práticas sustentáveis no âmbito da sede da Defensoria Pública e iniciar a coleta seletiva com associações de catadores.	ES3 DI3	IEC	nov/27
27	ASPRO	Projeto Minha Escola Ensina Direitos	Promover aulas de educação em direitos com os alunos de pelo menos 16 escolas públicas municipais.	DI1 US2	IEC	nov/27
28	ASPRO	Projeto Ceará com Direitos	Promover pelo menos 05 atendimentos jurídicos itinerantes em parceria com o programa Ceara Sem Fome do Governo do Estado Ceará.	DI1 US1	IEC	nov/27
29	ASPRO	Convênio Federal – Rede Acolhe	Formalizar e executar o Convênio Federal “Rede Acolhe”, viabilizando a contratação de equipe multidisciplinar composta por 1 psicólogo(a) e 1 assistente social, a fim de fortalecer o atendimento especializado.	US1	IEC	nov/27
30	ASPRO	Nudesa Móvel	Garantir através da unidade móvel, no dia da saúde, orientação jurídica sobre os direitos e documentos para acesso à saúde.	DI1 US2	IEC	nov/27
31	CDC/CDI	Realização de Encontros Regionais Defensoriais	Promover a realização de 04 Encontros Regionais Defensoriais, com o objetivo de fortalecer a integração institucional, alinhar diretrizes estratégicas e promover o intercâmbio de experiências entre membros e equipes regionais.	DI2 DI3	IEC	nov/27
32	CDC/CDI	Expansão da Atuação da Defensoria Pública no Interior do Estado	Ampliar a presença institucional no Interior mediante a instalação de novas Defensorias em comarcas ainda não atendidas, observados critérios de demanda, vulnerabilidade social e viabilidade orçamentária.	DI1	IEC	nov/27

33	CDC/CDI	Ampliação do atendimento Defensorial no interior do Estado	Promover a nomeação de novos Defensores Públicos, com vistas ao fortalecimento do processo de interiorização e à ampliação da capacidade de atendimento nas comarcas do Interior.	DI1	IEC	nov/27
34	CDC/CDI	Instituição de Macrorregiões para organização da Atuação Cumulativa	Implementar, no âmbito das atividades exercidas em regime de cumulação, a divisão territorial em macrorregiões, mediante a edição ou adequação de atos normativos internos e o monitoramento sistemático de sua aplicação prática.	DI1 ES3	IEC	nov/27
35	ESDP	Projeto de Incentivo de Práticas de Exitosas	Premiar ações, projetos, atuações e práticas exitosas realizados pelos Defensores Públicos da Capital e do Interior do Estado.	DI2 ES3	IEC	nov/27
36	ESDP	Defensoras Populares	Ampliar o curso de Defensoras Populares para 120 mulheres.	DI2 ES3	IEC	nov/27
37	ESDP	Projeto Direito e Cultura	Publicar 4 e-books pela ESDP.	DI2 ES3	IEC	nov/27
38	ESDP	Projeto Integração por Tema	Iniciar a implantação do Programa Permanente de Integração da Atuação Judicial.	DI2 ES3	IEC	nov/27
39	ESDP	Projeto de Teses Institucionais	Realizar pelo menos 06 Concursos de Teses e/ou Práticas por área temática.	DI2 ES3	IEC	nov/27
40	GAB	Ampliação e criação de novas supervisões defensoriais	Implantação de novas Supervisões e Subsupervisões.	DI2 ES3	IEC	nov/27
41	GAB	Adequação das Férias de Membros às demais carreiras do Sistema de Justiça	Envio de Projeto de Lei para adequação das Férias de Membros às demais carreiras do Sistema de Justiça	DI2	IEC	nov/27
42	GAB	Promoção do reajuste anual dos Auxílios	Promover o reajuste anual dos Auxílios	DI2	IEC	nov/27
43	GAB	Ampliação do quadro de Apoio Administrativo	Envio de projeto de Lei para criação de novos cargos administrativos	ES3 ORI	IEC	nov/27
44	GAB	Ampliação do Orçamento da Defensoria	Promover o incremento do orçamento da Defensoria Pública nos exercícios de 2026 e 2027, visando assegurar a expansão das atividades institucionais e o fortalecimento da prestação de serviços à população.	OR3 OR2	IEC	nov/27
45	GAB	Desoneração Financeira do FAADEP	Ampliar a assunção de despesas pelo Tesouro Estadual, com o objetivo de reduzir a utilização de recursos do FAADEP e fortalecer sua sustentabilidade financeira.	OR3 ORI	IEC	nov/27



46	GAB	Implantação da Parcela de Valorização por Tempo na Carreira	Implantar a Parcela de Valorização por Tempo na Carreira para os membros da Defensoria.	OR3 ORI	IEC	nov/27
47	GAB	Ampliação e Fortalecimento da Equipe Psicossocial	Expandir e qualificar a equipe psicossocial, com prioridade para o atendimento às demandas dos núcleos especializados, visando ao fortalecimento da atuação interdisciplinar e à melhoria da assistência prestada.	DI2	IEC	nov/27
48	GAB	Fortalecimento do Apoio às Atividades Defensoriais	Ampliar o número de assessores, com o objetivo de qualificar e dar maior suporte técnico às atividades desempenhadas pelos Defensores Públicos.	US1	IEC	nov/27
49	GAB	Reestruturação das Macrorregiões da Defensoria Pública em Harmonização com o Modelo Organizacional do Sistema de Justiça	Promover a reorganização das Macrorregiões da Defensoria Pública do Estado do Ceará, adequando-as ao modelo territorial adotado pelo TJCE e pelo MPCE, com vistas à otimização da atuação institucional e ao fortalecimento da articulação interinstitucional.	ES3	IEC	nov/27
50	GAB	Projeto de Investimento Institucional através de linhas de Financiamento	Realizar a captação de recursos para investimentos estruturantes.	OR2	IEC	nov/27
51	GAB	Ampliação orçamentária da Defensoria	Buscar incremento orçamentário para expansão de projetos estratégicos através de emendas parlamentares federais e estaduais	OR2 ORI	IEC	nov/27
52	GAB	Nova Frota de Vans para Atendimento	Adquirir veículo para ampliação do atendimento itinerante.	DI1 US1 US2	ICO	nov/27
53	GAB	Implantação do novo Centro de Distribuição e Logística	Implantar Centro de Distribuição e Logística da Defensoria para otimizar armazenamento e distribuição de materiais institucionais.	ES3	IEC	nov/27
54	GABSEG	Desenvolvimento da temática em Segurança Institucional que possibilite a garantia da segurança pessoal de defensores, colaboradores e estagiários	Realizar capacitações em segurança institucional e elaborar mapeamentos de risco.	ES2	IEC	nov/27
55	GABSEG	Instituição da Estrutura de Segurança da Assistência Militar da Defensoria Pública, vinculada à Casa Militar do Governo do Estado do Ceará	Estruturar serviço permanente de segurança institucional, mediante a disponibilização de policiais militares da ativa para pronto emprego 24 horas por dia, com o objetivo de reforçar a proteção de membros, servidores, colaboradores e assistidos.	DI2	IEC	nov/27

56	GABSEG	Criação do Núcleo de Inteligência e Gestão de Riscos no âmbito Gabinete de Segurança Institucional da Defensoria Pública.	Estruturar unidade especializada, com profissionais e recursos técnicos adequados, destinada ao diagnóstico, identificação, análise e classificação de riscos, ameaças e vulnerabilidades, visando à implementação de ações preventivas e de proteção de pessoas, informações e patrimônio institucional.	DI2	IEC	nov/27
57	GABSEG	Modernização da Infraestrutura Física e Digital de Segurança Institucional	Implantar sistema integrado de segurança, com utilização de equipamentos eletrônicos interligados a central de videomonitoramento, visando ao aprimoramento do controle de acesso e à atuação preventiva e reativa na proteção de pessoas e do patrimônio institucional.	ES2	IEC	nov/27
58	GETLOG	Implantação de Sistema de Gerenciamento de Transporte	Implantar Sistema de Gerenciamento de Transporte possibilitando automação nas solicitações de veículos.	OR1 ES3 ES2	IEC	nov/27
59	SECOM	Projeto de Capacitação em Média Tranning	Realizar capacitações voltadas ao aprimoramento da comunicação institucional, com o objetivo de ampliar e qualificar a participação de defensoras e defensores públicos em entrevistas, programas de televisão, rádio e demais meios de comunicação social.	DI2	IEC	nov/27
60	SEFIN	Fortalecimento da Arrecadação do FAADEP	Implementar medidas estratégicas voltadas ao incremento da arrecadação do FAADEP nos exercícios de 2026 e 2027, assegurando crescimento real superior ao índice oficial de inflação (IPCA).	OR2 OR1	IEC	nov/27
61	SEGEF	Modernização dos Sistemas de Gestão de Recursos Humanos	Implementar melhorias e aperfeiçoamentos nos sistemas de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento, visando à otimização de processos, maior segurança das informações e aumento da eficiência administrativa.	ES2	IEC	nov/27
62	SETIN	Programa de Capacitação em Segurança da Informação	Realizar, junto aos departamentos internos, no mínimo 02 treinamentos voltados à conscientização e ao fortalecimento das práticas institucionais de segurança da informação.	DI2 DI3	IEC	nov/27
63	SETIN	PJE	Integração do sistema Nossa Defensoria ao PJE	ES2	IEC	dez/26



64	SETIN	SEEU	Integração do sistema Nossa Defensoria ao SEEU	ES2	IEC	nov/27
65	SETIN	B-CADASTRO	Integração do sistema Nossa Defensoria a base de cadastros da Receita Federal	ES2	IEC	mai/26
66	SETIN	PopRuaJud	Criação do Módulo PopRuaJud no sistema Nossa Defensoria	ES2 US2	IEC	mai/26
67	SETIN	Ouvidoria 2.0	Criação do Módulo para a Ouvidoria no sistema Nossa Defensoria	ES2	IEC	dez/26
68	SETIN	Chat Defensoria	Criação de chat de conversa entre usuários on-line do sistema Nossa Defensoria	ES2	IEC	jul/26
69	SETIN	APP-Assistido	Implantação do Novo APP para o agendamento de atendimentos na DPGE/CE	ES2 US2	IEC	mai/27
70	SETIN	Martinha 2.0	Integração da ferramenta de I.A Martinha ao PJE	ES2	IEC	dez/26
71	SETIN	Sacada 2.0	Atualização do Módulo Sacada no Nossa Defensoria	ES2	IEC	dez/26
72	SETIN	COGER 2.0	Atualização do Sistema de Controle de Atos da Corregedoria (COGER)	ES2 ES3	IEC	dez/26
73	SETIN	Sistema de Informações Criminais – SIC (v2)	Integração do SIC ao Nossa Defensoria	ES2	IEC	mai/27
74	SETIN	SIA (V.2)	Criação de novo Sistema de Arrecadação de Custas Cartorárias	ES2 ES3 OR2	IEC	out/26

SIGLAS UTILIZADAS:

ADINS	Assessoria de Desenvolvimento Institucional
ARINS	Assessoria de Relacionamento Institucional
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASPLAC	Assessoria de Planejamento e Controle
CDC	Coordenadoria das Defensorias da Capital
CDI	Coordenadoria das Defensorias do Interior
COTIN	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
DPGE	Defensor Público Geral do Estado
ESDP	Escola Superior da Defensoria Pública
ICO	Índice de Conclusão Objetiva
IEC	Índice de Etapa Concluída
IPE	Índice Percentual
NUEST	Núcleo de Estágio



Indicadores

O processo de racionalização dos indicadores de Ações ou Projetos conduziu ao estabelecimento de tão somente 03 (três) tipos de indicadores:

- 1. Índice de Conclusão Objetiva (ICO):** utilizado para projetos cuja meta só pode ser concretizada de forma integral, admitindo, portanto, apenas os valores 0 (projeto não concluído) ou 1 (projeto concluído). Por exemplo, a ação nº 38 (organizar cadastro único de Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta) não admite execução fracionada, ou o cadastro foi organizado ou não;
- 2. Índice de Etapa Concluída (IEC):** utilizado para projetos cuja meta, por envolver ações multifocais, é melhor quantificada através das etapas estabelecidas no plano de ação do projeto, ou seja, o índice é a razão entre o número de etapas executadas e o número total de etapas previstas no plano de ação do projeto;
- 3. Índice Percentual (IPE):** utilizado para projetos cuja meta é formada por um elemento quantitativo já conhecido e que admite fracionamento na execução, assumindo valores dados pela razão do elemento quantitativo realizado pelo total de elementos quantitativos planejados (ou seja, um valor percentual). O Plano de Atuação 2020-2021 inovou ao criar indicadores para as Estratégias concebidas, utilizando-se para tanto da transversalidade que cada Ação ou Projeto possui.

Desta feita, e conforme se observa no Mapa de Projetos, Metas e Indicadores, ordenou-se as estratégias impactadas por Ação ou Projeto; dando pesos decrescente conforme a importância da Ação ou Projeto para a estratégia (variando de 3 a 1).

Por exemplo, a Ação ou Projeto no 4 ("Unificar os Sistemas Integra e Nossa Defensoria") tem como Estratégias associadas, em ordem decrescente de importância: DI3 ("Dinamizar a Comunicação Interna"), ES3 ("Aperfeiçoar o parque tecnológico e os sistemas legados") e US3 ("Aprimorar a transparência administrativa"). Ou seja, a execução do projeto citado impacta, essencialmente, a estratégia DI3, atingindo medianamente a estratégia ES3 e de forma menor a estratégia US3.

Assim as estratégias do exemplo acima recebem os seguintes pesos: a) DI3, peso 3, b) ES3, peso 2 e c) US3, peso 1.

Assim o indicador de desempenho de cada estratégia é dado por:

$$Ind_{Est_j} = \frac{\sum_{Projeto_i}^{Total\ Projetos} Peso_{Est_{ji}} \times Ind_{Projeto_i}}{\sum_{Projeto_i}^{Total\ Projetos} Peso_{Est_{ji}}}$$

, onde:

$$Ind_{Est_j}$$

: Indicador de desempenho da Estratégia “j”;

$$Peso_{Est_{ji}}$$

: Peso do projeto “i” na Estratégia “j”;

$$Ind_{Projeto_i}$$

: Indicador de desempenho do projeto “i”.

Por fim outra inovação do presente Plano de Atuação foi a criação de Indicadores de Desempenho para cada perspectiva, implementação esta que se deu através da seguinte fórmula:

$$Ind_{Perspectiva_k} = \frac{\sum_j^{Total\ Estratégias} Ind_{Est_{kj}}}{Total\ Estratégias_k}$$

, onde:

$$Ind_{Perspectiva_k}$$

: Indicador de performance da perspectiva “k”;

$$Ind_{Est_{kj}}$$

: Indicador de performance da estratégia “kj”;

$$Total\ Estratégias_k$$

: Total de estratégias da perspectiva “k”.



Sistemática de acompanhamento

Nenhum Plano de Atuação é completo sem uma sistemática de acompanhamento, ou seja, um monitoramento contínuo e periódico da execução das Ações ou Projetos e do atingimento de metas e resultados.

Este monitoramento contínuo, dentro da atual estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado do Ceará, é exercido pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS), órgão que também é responsável pela concepção do próprio Plano de Atuação em si.

A ADINS coordenará e conduzirá as seguintes ações de monitoramento:

- 1. Publicação de Balanços Quadrimestrais** no sítio eletrônico da Defensoria Pública: medida com a finalidade precípua de dar transparência às Ações ou Projetos conduzidos assim como comunicar aos usuários, sociedade e demais membros da Defensoria Pública o andamento do Plano de Atuação da instituição.
- 2. Reuniões Mensais de monitoramento:** reuniões com a presença dos responsáveis pelas Ações ou Projetos, onde estes devem relatar sucintamente a evolução do seu projeto;
- 3. Reuniões Quadrimestrais de tomadas de contas:** oportunidade em que as responsáveis pelas Ações e Projetos são confrontadas com os Planos de Ação destas bem como é verificado o cumprimento das metas, resultados esperados e indicadores de desempenho e tomadas as providências necessárias para o bom andamento da Ação ou Projeto;
4. As reuniões mensais iniciar-se-ão em março de 2026, enquanto a primeira tomada de contar se dará em abril de 2026 (oportunidade em que também será divulgado o primeiro balanço de planejamento).
5. Os Balanços Quadrimestrais do Plano de Atuação apresentarão os indicadores de desempenho de cada Ação ou Projeto, de cada Estratégia e de cada Perspectiva conforme as fórmulas já indicadas.





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ